

EDUCAÇÃO E COLONIALIDADE DO SABER: AS CONTRIBUIÇÕES DE RITA SEGATO PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DECOLONIAL

Lorenza Carlesso Mariano¹⁰³
Alonso Bezerra de Carvalho¹⁰⁴

Introdução

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-conceitual, fundamentada em revisão bibliográfica. Serão analisadas obras e artigos acadêmicos que discutem a colonialidade do saber, a educação decolonial e as contribuições de Rita Segato para esse campo. A investigação visa identificar os principais desafios na formação docente e propor caminhos para uma prática pedagógica mais crítica e inclusiva, explorando as teorias e práticas propostas por Rita Segato para entender como suas abordagens podem enriquecer a formação de professores e a prática pedagógica e realizar uma revisão bibliográfica para mapear os principais obstáculos na prática educativa que dificultam a formação de sujeitos autoemancipados.

Na segunda metade do século XX, a crítica pós-moderna havia denunciado a conivência ou cumplicidade da antropologia com os processos de dominação. Os antropólogos começaram a se perceber situados e a identificar o reflexo de seu próprio mundo no espelho do outro. A ideia de objetividade de um possível conhecimento antropológico passou a ser colocado como suspeito e duvidoso. As pesquisas, então, recuaram para o campo discursivo, que passou a ser teorizado e se fez método.

Não era somente uma renovação metodológica, o próprio objeto da antropologia estava sendo transformado. Os “nativos” rejeitavam as representações que eram feitas sobre eles numa autoconsciência cultural e estavam envolvidos em seus próprios projetos: esquadrihavam sua própria cultura em busca dos meios necessários para moldar suas “novas” identidades, reafirmando suas diferenças, ao contrário do que se pensava (que desapareceriam diluídos na modernidade) (SAHALINS, 1997). Ocorre uma transformação do próprio paradigma da política, afirma Segato (2021), privilegiando a questão dos direitos que enfatizam a diferença e a politização das identidades. Nos movimentos sociais, as “diferenças” (identidade étnica, gênero, religião, orientação sexual, entre outras) tornam-se a base para a reivindicação de

¹⁰³ Graduada em Ciências Sociais, UNESP, Campus de Marília, bolsista CNPq. E-mail: carlesso.mariano@unesp.br

¹⁰⁴ Docente do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UNESP, Campus de Marília. E-mail: alonso.carvalho@unesp.br

direitos coletivos (KUPER, 2002). Como consequência, o debate cultural voltou a ter um caráter político.

Discussão teórica

Rita Segato (2021) propõe uma educação que enfrente as desigualdades estruturais por meio de uma abordagem decolonial e inclusiva. Ela enfatiza a necessidade de questionar a colonialidade do saber, ou seja, as formas de conhecimento que perpetuam hierarquias e exclusões baseadas em etnia, gênero e classe. Para ela, é essencial valorizar os saberes locais e as experiências das comunidades marginalizadas, promovendo uma educação que dialogue com essas realidades. Sua visão é de uma educação que seja um instrumento de justiça social e emancipação.

Como base epistemológica, Segato aborda a colonialidade do saber de forma complexa ao conectar o conhecimento com as estruturas de poder e dominação herdadas do colonialismo. Ela critica a "colonialidade do saber" como um sistema que privilegia formas de conhecimento eurocêntricas, marginalizando quaisquer outros saberes que não se adequam ao "padrão". Afirma, ainda, que essa hierarquia epistemológica perpetua desigualdades sociais, culturais e políticas e destaca a necessidade de uma abordagem decolonial que desafie essas estruturas e promova uma pluralidade de vozes e perspectivas.

O eurocentrismo, na perspectiva da colonialidade do poder, é descrito por Edgardo Lander (2005), como um modo distorcido que traz essa distorção à produção de sentido, a explicação e ao conhecimento. Sua origem, afirma o autor, está na forma de exploração do trabalho não pago com raças dominadas, porque eram “raças inferiores”. Temos, então, a invenção da raça como epicentro do pensamento decolonial. Lander explica que a hierarquização colonial que se estabeleceu permitiu aos brancos/europeus o controle do trabalho. Logo, passa a reproduzir o sistema de exploração e o critério de distribuição de valor a sujeitos e produtos. Essa hierarquização, por sua vez, afeta os mais diversos âmbitos da experiência, organizando sempre de forma desigual pares como pré-capital-capital, não-europeu-europeu, primitivo-civilizado, mágico-mítico-racional e tradicional-moderno. O referente de valor será sempre eurocentrado, atribuindo ao Outro qualidades que o objetificam, reduzindo sua natureza a uma coisa. Assim, antropocentrismo (tendo o homem ocidental no centro), ao invés de cosmocentrismo é o mesmo que violência epistêmica.

Para combater a “colonialidade do saber”, Segato propõe uma “antropologia por demanda”, que busca responder às necessidades concretas das comunidades, valorizando seus saberes e experiências. Nos anos 1990, com a queda do Muro de Berlim e a transformação do paradigma da política, afirma Segato, a questão dos direitos que enfatizam o reconhecimento e a politização das identidades, o “nativo” – negros e negras, indígenas, mulheres e outros – deixara de ver sentido na presença de observadores e “porta-vozes” perante “o mundo do branco”. Rita propõe, então, o que ela denomina de uma “antropologia por demanda”, ou seja, uma antropologia sujeita à demanda daqueles e daquelas que antes haviam sido objeto de nossa observação, uma antropologia atenta e interpelada por aquilo que esses sujeitos nos solicitam como conhecimento válido, vocacionada e atenta para o campo da justiça social.

O “ofício etnográfico”, os conhecimentos, a capacidade de escuta etnográfica e habilidades interpretativas, afirma, devem estar ao serviço daqueles que nos interpelam em busca de respostas, interpretando dados que necessitam para desenhar seus próprios projetos históricos, vocabulário para a construção de retóricas que sustentem suas metas históricas da continuidade de sua inserção no mundo como povos e comunidades.

Considerações finais

A partir da análise das propostas de Rita Segato, este estudo evidencia a necessidade de uma educação que enfrente as desigualdades estruturais perpetuadas pela colonialidade do saber. A valorização dos saberes locais e das experiências de comunidades marginalizadas é essencial para romper com a hierarquia epistemológica que historicamente privilegia o conhecimento eurocêntrico. A antropologia por demanda, proposta por Segato, reforça a importância de um conhecimento construído em resposta às necessidades concretas dos sujeitos historicamente silenciados, promovendo uma prática pedagógica comprometida com a justiça social e a emancipação.

Os desafios apontados ao longo da pesquisa indicam que a transformação da prática educativa depende de uma revisão profunda das bases epistemológicas e metodológicas que sustentam o ensino. A formação de professores deve incorporar uma perspectiva decolonial que reconheça a diversidade como um eixo central na produção do conhecimento, possibilitando uma educação mais inclusiva e plural. Assim, garantir o direito à educação significa também garantir o direito ao reconhecimento de diferentes formas de saber, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e democrática.

Referências

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. São Paulo: UBU Editora, 2021.